

UMA DINÂMICA DA CARTOGRAFIA NAMBIQUARA: RECENTE REORDENAMENTO TERRITORIAL¹

A DYNAMIC CARTOGRAPHY NAMBIQUARA:
RECENT REORDERING TERRITORIAL

Anna Maria Ribeiro F. M. Costa²

RESUMO: Este estudo pretende apresentar os primeiros resultados da pesquisa de campo realizada entre os Sabanê, Tawandê e Idamalarê, grupos Nambiquara da Serra do Norte que atualmente habitam o Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, localizada a Oeste de Mato Grosso, próxima à divisa com a Bolívia, em plena Amazônia Legal. Com o objetivo de discorrer sobre a dinâmica social dos referidos grupos que deixaram suas casas, roças e locais de caça, pesca e coleta existentes na Terra Indígena Pirineus de Souza para edificarem novas aldeias na Terra Indígena Parque do Aripuanã, aqui denominada Parque do Aripuanã, localizada em Mato Grosso e Rondônia, intensiona-se o entendimento dos indígenas diante à recente cartografia, conceito adotado em seu sentido lato. A pesquisa etnográfica, portanto, tem como base as narrativas indígenas que possibilitam experimentar um tratamento inédito à problemática estabelecida neste estudo. Narrativas, teias instigantes dessa forma discursiva que se caracterizam por serem fluxos de memória que revivem sentimentos, informam, esclarecem e até inventam para compor um novo desenho textual. Espera-se dar visibilidade àquilo que parece estar oculto e, assim, captar os possíveis significados de descrições

1 Este estudo traz as investigações iniciais do Estágio de Pós-doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, em Ciências Sociais, Linha de Pesquisa Etnologia Indígena, sob a supervisão da Profa. Dra. Carmen Junqueira.

2 Centro Cultural Ikuiapá/Museu do Índio/Funai; Univag Centro Universitário de Várzea Grande. Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco. E-mail: anna-edu@hotmail.com

minuciosas e propiciar um entendimento relativo ao processo de desapropriação do território Nambiquara e, conseqüentemente, como se configurou o retorno de uma parcela dos grupos indígenas Nambiquara da Serra do Norte para o Parque do Aripuanã. Na esteira teórica de Quijano (2005 e 2010), a fim de entender a dinâmica de ocupação do território de ocupação tradicional dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, os não indígenas são entendidos como elementos que interagem com os índios e que exercem influência na sua ordem sociocultural, numa relação de “colonialidade”.

Palavras-chave: Cartografia Nambiquara. Terra Indígena Pirineus de Souza. Parque do Aripuanã.

ABSTRACT: This study aims to present the first results of field research conducted between Sabanê, Tawandê and Idamalarê, Nambiquara groups of Serra do Norte currently inhabiting southern Parque Indígena Aripuanã, located west of Mato Grosso, near the border with Bolivia, in full Amazon. Aiming to discuss the social dynamics of those groups who have left their homes, gardens and places of hunting, fishing and gathering existing Terra Indígena Pirineus de Souza, to build new villages in Parque Indígena Aripuanã, here called Parque Aripuanã located in Mato Grosso and Rondônia, intension is the understanding of indigenous before the recent mapping concept adopted in its broadest sense. Ethnographic research, therefore, is based on indigenous narratives that provide an unprecedented experience to the problematic treatment established in this study. Narratives, this discursive form intriguing webs that are characterized as flows of memory that revives feelings, inform, clarify and even invent to compose a new text drawing. It is expected to give visibility to what seems to be hidden and thus capture the possible meanings of detailed descriptions and provide an understanding concerning the expropriation of the territory Nambiquara process and, consequently, how to set up the return of a portion of the indigenous groups of Nambiquara Serra do Norte to Parque Aripuanã. In the theoretical mat Quijano (2005 and 2010) in order to understand the dynamics of occupation of the territory of traditional occupation of Nambiquara groups of Sierra Northern, non-indigenous are understood as elements that interact with the Indians, and that impacting their sociocultural order, a relation of “colonialism”.

Keywords: Cartography Nambiquara. Terra Indígena Pirineus de Souza. Parque do Aripuanã.

INTRODUÇÃO

Em meu percurso escolar, então denominado de Primário, Ginásio e Científico, os mapas sempre estiveram presentes nas aulas, não somente de Geografia, mas de História. À época, era considerado impossível estudar os quatro cantos do mundo sem ter à mão um atlas, precioso complemento didático para o entendimento dos conhecimentos geográficos e históricos. O tempo passou e o hábito persistiu. Na universidade, o *Atlas Histórico Escolar*, organizado por Manoel Maurício de Albuquerque, Arthur César Ferreira Reis e Carlos Delgado de Carvalho (BRASIL, 1980), consistiu em um manual cartográfico imprescindível, especialmente ao entendimento da formação dos Estados Nacionais. E lá está estampado o primeiro mapa: *Distribuição dos grupos indígenas*. Nele, a preocupação de Albuquerque (BRASIL, 1980, p. 10) foi a de cartografar os índios, por ele designados de “grupos remanescentes”, através de seus troncos linguísticos: Tupi-guarani, Jê, Aruaque, Caribe, Cariri, Pano, Tucano, Charrua e outros.

Nesse mesmo tempo, foi Sérgio Buarque de Holanda, ao descrever sobre as ações expansionistas dos paulistas do século XVI, quem me chamou atenção para o conhecimento dos indígenas em relação à vasta área percorrida do território brasileiro. Para o historiador,

[...] os indígenas eram capazes de desenhar mapas. Nos quais os principais acidentes eram registrados com perfeição, tais como os cursos dos rios, seus afluentes, cachoeiras, saltos, varadouros, enfim, utilizavam-se de sua prodigiosa memória cartográfica para riscar, na areia, o retrato de sua vivência próxima com a natureza. Os desenhos feitos pelos índios podiam ser comparados aos similares elaborados pelos cartógrafos medievais. (HOLANDA, 1975, p. 20-21).

Em relação aos Nambiquara³, sua memória cartográfica é mapeada no chão. Aprendi que os mapas são dessa forma construídos, tendo por base o percurso dos rios, a partir de suas nascentes, para representar uma reterritorialização baseada em sua vivência, tecida com o entrelaçamento dos fios das histórias que eles mesmos escolhem para captar sua lógica espacial. Neste sentido,

3 A Fundação Nacional do Índio registra Nambikwára. Contudo, neste estudo, emprego a grafia Nambiquara, por ser a encontrada nos registros dos indígenas.

[...] torna-se possível analisar as memórias que se entrelaçam aos espaços habitados, demarcados num intenso processo de reterritorialização; e, ainda, compor uma cartografia da experiência social que se delineia num desenho vivo e se expande na linguagem daqueles que se transformam nos atores sociais mais importantes da Amazônia. (GUIMARÃES NETO, 2006, p. 54).

De fato, as narrativas sobre o saber cartográfico dos grupos Nambiquara, as quais brotam como nascentes d'águas, vão além das informações toponímicas e refletem uma “cartografia da experiência” referente ao espaço atualmente vivenciado pelos grupos indígenas. No caso dos Nambiquara, um fragmento do estado de Mato Grosso que inclui, até mesmo, áreas que não foram contempladas pela demarcação territorial efetuada pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio). As histórias delineiam uma cartografia viva, reconfigurada com as práticas cotidianas dos índios, entendidos como atores sociais, quando reinventam sua própria “pátria” e ressignificam essa produção do espaço, escrita na memória e reescrita a cada instante.

Anteriormente aos trabalhos de Cândido Mariano da Silva Rondon à frente da construção das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas (Comissão Rondon), raros são os documentos cartográficos dos séculos XVIII e XIX que embasaram representações do espaço Nambiquara⁴. Entretanto, tal “silêncio”, identificado nesse período, espelha, muitas vezes, uma omissão intencional ou do cartógrafo, ou mesmo daquele que solicita seus serviços. Essa forma de interpretar territórios, domínios, “desde o seu início, parece ter sido aquela de estarem sempre voltados à prática, principalmente a serviço da dominação, do poder. Sempre registraram o que mais interessava a uma minoria, fato este que acabou por estimular o incessante aperfeiçoamento deles” (MARTINELLI, 2003, p. 8).

Em Mato Grosso, a cartografia que referenda as terras indígenas ainda se caracteriza por ser dinâmica. Isso porque a Fundação Nacional do Índio e o Governo Federal buscam corrigir erros cometidos em anos anteriores durante as ações de demarcação e reservar terras aos indígenas em processo de reelaboração cultural, em estado de

4 Na mapoteca do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, em 1999, foram consultados os seguintes mapas que indicam, com certa precisão, o território dos Nambiquara: Mappa oferecido a soberana presença da Rainha Nossa Senhora [...] Catálogo cartográfico, v. II (427-846), Códice MG-A 39/62 7, 1780. Carta da província de Mato Grosso e partes das confrontantes e estados limítrofes [...]. OG/MAP 13; MG-A 13/5 1, 1788/1789. Mappa geografica da Capitania de Mato Grosso [...]. OG/MAP 39/63 2 e MG-A 39/62 7, 1802. Carta topographica & Administrativa da Província de Mato Grosso [...]. F2/MAP 178/9 10; PD-178, 1850. Mapa Geográfico da Capitania de Mato Grosso [...]. Códice LJGIZ, 1853. Carta da Província de Mato Grosso [...]. Catálogo cartográfico, v. IV, Códice PD 240, 1880. Carta da Província de Mato Grosso [...] Códice F2/MAP 240/10 4 e PD-240, 1880.

“emergência de novas identidades” (OLIVEIRA FILHO, 1999, p. 12). Citam-se, em ambos os casos, as demarcações dos territórios destinados aos Tapirapé, Panará, Terena, Chiquitano, Guató, dentre outras etnias.⁵

Contudo, esta abordagem não se enquadra em nenhuma das prerrogativas citadas. Pretende apresentar o recente ordenamento territorial e suas consequências aos grupos indígenas Nambiquara da área cultural Serra do Norte, que se identificaram como Sabanê, Tawandê e Idamalarê. Assim, o que se quer é mostrar a dinâmica cultural desses grupos que há mais de uma década decidiram retornar ao seu antigo território de ocupação tradicional. Com base especialmente na pesquisa etnográfica, se propõe a lançar luz ao retorno de alguns membros dos grupos indígenas localizados na Terra Indígena Pirineus de Souza, município de Comodoro, Mato Grosso, com uma superfície de 28.212,2716 hectares, para seu território de ocupação tradicional, à margem direita do rio Roosevelt, em suas cabeceiras, no sul do Parque do Aripuanã, um território entendido como domínio dos índios da etnia Cinta Larga, autodenominados *Matetamãe*, pertencentes à família Tupi Mondé, tronco linguístico Tupi.

A invasão aos territórios indígenas pelos não índios desencadeou uma série de estratégias de ataques aos agrupamentos não indígenas e de refúgios, para se tornarem invisíveis e fora do alcance das represálias, o que ocasionou em reconfigurações espaciais. Entretanto, o advento da República e a criação do SPI deram sustentação à rápida ocupação e ao controle da fronteira Oeste do Brasil, o que imprimiu outra lógica de ordenação do espaço. Diferentemente dos pequenos núcleos colonizadores e das missões religiosas que visavam a catequese e a geração de riquezas, o SPI arbitrou a implantação de reservas destinadas a minimizar os impactos socioeconômicos e tutelar as relações dos indígenas com a sociedade nacional.

Uma pesquisa não se sustenta somente com a escolha do tema. Sob essa ótica, busco compreender a construção do objeto atenta às suas bifurcações, estagnações, avanços, brechas e paradoxos, não no sentido de investigar as “origens mesmo perdidas ou rasuradas [...]”, mas, no meio, de onde as coisas emergem” (DELEUZE, 1992, p. 109). A escrita precisa ser organizada por meio do estabelecimento de bases calcadas em um conjunto de questões que surgem no decorrer da leitura de todo o conjunto documental encontrado.

5 Encontra-se em contundentes debates – de um lado indígenas e indigenistas, do outro os agricultores – a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 215 (PEC 215) que retira do poder Executivo e transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa de aprovar as demarcações de Terras Indígenas.

Ao seguir o percurso teórico-metodológico apontado, pretendo investigar outras lógicas de produção de conhecimento e ideias, com padrões próprios de expressão intelectual, plástica e visual indígenas. Na territorialidade percebida pelos Nambiquara, estes entendidos como sujeitos e não como objetos a serem interrogados, o que se busca é a compreensão da existência social do outro, o intercâmbio de conhecimento como forma de abordagem etnológica das relações sujeito-objeto. Deste modo, possibilitar emergir o caráter diverso do cotidiano, da cosmovisão, da perspectiva de diferentes conhecimentos e significações.

Nessa ótica metodológica, para compreender a dinâmica de ocupação do território imemorial dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, os não indígenas são entendidos como elementos que interagem com os índios e que exercem influência na sua ordem sociocultural, numa relação de “colonialidade”. Assim sendo, numa dimensão micro, “isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados” (QUIJANO, 2005, p. 228). Os grupos Nambiquara da Serra do Norte, em contato com a sociedade envolvente, tratados como “povos conquistados e dominados, foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”, uma das medidas básicas “para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade”. (QUIJANO, 2005, p. 228).

Dessa forma, as relações entre índios e não índios tomam como empréstimo o termo colonialidade, integrado ao colonialismo. Tal empréstimo tem por sustentação a “[...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal.” (QUIJANO, 2010, p. 84).

O que se deu com a repressão cultural relativa às crenças, ideias e visão do mundo Nambiquara, inicialmente com a presença de agentes do Estado e missionários, recaiu em seguida nos modos de produzir conhecimento, subordinando os saberes locais aos ocidentais, introduzindo novos sistemas de imagens e significações como meios de controle social e cultural. A sedução pelos novos bens materiais para o acesso aos benefícios da natureza, como ferramentas e medicamentos no combate às doenças introduzidas pelos não indígenas, livrou-os do completo extermínio e pavimentou a consolidação de categorias

externas, tais como tribos e seringueiros, ambas sujeitas à exploração. As relações de poder procuraram transformar ou mesmo destruir e subordinar suas práticas culturais, apropriando-se intencionalmente dos conhecimentos que poderiam ser utilizados para a produção da borracha, com a exploração da mão de obra indígena para localização e extração do látex e o provimento dos seringais implantados em seus territórios.

O processo de europeização atingiu densidades destrutivas alarmantes com a imposição da convivência forçada dos sobreviventes dos diferentes grupos Nambiquara da Serra do Norte num mesmo espaço territorial, estabelecendo o multiculturalismo. A criação da então denominada Reserva Indígena Pirineus de Souza seguiu dificultando os Sabanê, Tawandê, Idamalarê em adotarem práticas culturais próprias, em especial, o uso da língua materna, obrigando-os a se comunicarem com a língua portuguesa, como forma de entendimento mútuo e de controle.

A existência social do cotidiano faz-se das relações de força que engendram novas geoculturas e novas identidades sociais de colonialidade, dentre elas, os índios. Entendidos como inferiores, irracionais, primitivos, tradicionais acham-se em oposição à ideia eurocêntrica que reflete metaforicamente ao “que se estabeleceu como uma expressão racial/étnica/cultural da Europa, como um prolongamento dela, ou seja, como um caráter distintivo da identidade não submetida à colonidade do poder” (QUIJANO, 2010, p. 86). O argumento da superioridade civilizatória coloca o homem ocidental como representante do conhecimento verdadeiro e universal, em detrimento aos saberes locais, por serem particulares e incapazes de produzirem teorias científicas.

No caso dos Nambiquara, as linhas que contornam o espaço apreendido e ocupado pelos grupos da Serra Norte tecem-se nas urdiduras das suas representações culturais e resultam de um processo etno-histórico no decurso do contato entre povos indígenas vizinhos e grupos sociais oriundos de diversas partes do Brasil. A mentalidade da supremacia civilizatória dos não índios irrompe e passa a identificá-los como atrasados, passíveis de serem conquistados, legitimando toda e qualquer usurpação, em especial, de suas terras e de seus recursos naturais. O território Nambiquara, configurado por uma região não contígua, é caracterizado por linhas demarcatórias em movimento que se deslocam por interesses temporários e que, muitas vezes, coincidem e coincidem com as políticas de exploração dos recursos vegetais, minerais e hídricos da Amazônia Legal.

Membros dos grupos Nambiquara da Serra do Norte, dentro de sua dinâmica cultural, reordenam as linhas de sua cartografia ao perceberem o aumento das tensões internas, o esgotamento do solo e a diminuição das matas ciliares onde são abertas suas roças, bem como dos recursos naturais destinados à sua sobrevivência. Retornam às aldeias antigas, localizadas ao sul do Parque do Aripuanã, território vizinho aos dos Cinta-Larga, seus antigos inimigos.

TERRA INDÍGENA PIRINEUS DE SOUZA

Criado em 1910, na presidência de Nilo Peçanha, o SPILT (Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais) ancorou-se nos propósitos positivistas de Auguste Comte, refletidos no início da Primeira República. Nos termos de Lima (1995, p. 11), um “poder tutelar”, indicativo de um poder estatizado direcionado às sociedades indígenas, com o firme propósito de garantir o direito exclusivo da atuação e controle sobre as mesmas. Alicerçado em “relações que se estabeleceram entre variadas formas de administração, instituídas desde a chegada dos portugueses ao território do que hoje chamamos República Federativa do Brasil, e os povos nativos a esta parte do continente americano”. Em 1918, o SPI apartou-se da Localização de Trabalhadores Nacionais (Decreto-Lei n. 3.454), mas ainda pretendeu integrar, de modo pacífico, os índios à sociedade brasileira e intermediar relações.

Nesta abordagem, os agentes de contato são entendidos como fatores básicos que interagem aos índios e como elementos influenciáveis na ordem social. A análise das relações intersocietárias apoia-se principalmente nas abordagens teóricas de Quijano (2005), em que as frentes de expansão que chegaram às terras Nambiquara são percebidas como fatores externos à vida tribal, decorrentes de medidas violentas de invasão ao território imemorial dos grupos Nambiquara da Serra do Norte. Os agentes de contato são entendidos no presente estudo como elementos que interagem com os índios e exercem influência na sua ordem sociocultural, numa relação de “colonialidade”.

A Comissão Rondon adentrou o território dos índios Nambiquara em 1907, por ocasião da implantação da Linha de Telégrafo, sob o comando de Cândido Mariano da Silva Rondon, e estabeleceu as estações telegráficas de Juruena e Nambikwara, em Mato Grosso, Vilhena, José Bonifácio e Barão de Melgaço, em Rondônia. Em 1925, o SPI criou o Posto de Atração Urutau, com 120 índios localizados onde a linha telegráfica cruza o rio Juína, desativado em 1931, em consequência da tentativa de confiná-los em aldeamentos, não obtendo o êxito esperado.

Desde os últimos anos do século XIX, seringueiros percorriam os territórios dos Paresi e os limites dos Nambiquara. As trilhas utilizadas pelos Paresi eram as mesmas dos seringueiros, depois aproveitadas pela Comissão Rondon. São as linhas sobrepostas, em que o espaço é percorrido e vivido por cada transeunte que carrega em suas bagagens as sementes de suas histórias constituídas de elementos identitários e que delineiam cartografias.

A exploração da borracha também envolveu a presença dos Paresi, já em contato permanente com os não índios, que, além de trabalharem nos seringais, desempenharam um importante papel na equipe, pois conheciam a localização dos seringais. A região apresentava um grande potencial, a exemplo, do barracão Três Jacus, com 24 feitorias e que produzia anualmente cerca de 25.000 quilos de borracha. Cândido Mariano da Silva Rondon (1947) notificou que esse trabalho empregava, inclusive, a mão de obra dos Uaimaré, Caxiniti e Cozarine, grupos Paresi. Seringueiros e Paresi, armados com espingardas, ao avançarem cada vez mais o território de exploração da borracha, adentravam em terras Nambiquara. Por várias vezes, nos vales e nas proximidades do rio Juruena, ambos atacavam os Nambiquara, tentando expulsá-los de suas terras. Contrariamente aos Paresi, seus inimigos tradicionais, os Nambiquara, nessa época, ainda não possuíam armas de fogo. Diversos grupos Nambiquara estavam em guerra com os seringueiros, que pretendiam explorar as árvores nativas do Juruena, quando saqueavam seus barracões. Os índios hostilizaram e evitaram, ao máximo, o contato com os integrantes da Linha Telegráfica, confundindo-os com os seringueiros, estes, aliados dos Paresi.

Os anos foram passando e muitos homens, “igual formigas”, chegaram. No início da década de 1940, experimentaram vários momentos de contatos com os não indígenas. Os Postos Telegráficos integravam o cenário monótono, registrado por Lévi-Strauss (1979) por ocasião de sua expedição, em 1938, nos territórios dos grupos da Chapada dos Parecis e Serra do Norte.

Nambiquara e integrantes da Linha Telegráfica travavam constantes conflitos. O pessoal da Linha constituía-se de regionais e índios Paresi que, mais tarde, foram recrutados como guarda-fios e/ou telegrafistas, usando armas de fogo. O Posto Telegráfico de Juruena, inaugurado em 1908 e que a partir de 1920 passou a ser Major Amarante, constituía-se no único elo entre Utiariti, Vilhena e Cuiabá.

Em outras partes do território Nambiquara também foram instalados Postos Indígenas do SPI. Em Pontes e Lacerda, a sudoeste, próximo a Vila Bela da Santíssima Trindade, em Mato Grosso, foi

criado, no ano de 1919 um Posto Indígena, Sararé, com o propósito de atrair os índios e “pacificá-los”. Na “biografia oficial” rondoniana, a percepção de Rondon, que visitou o estabelecimento, em 1930, foi: “visitei o Posto Indígena Sararé. Má impressão: o encarregado só cuidava da política, aliás ferrenha, da localidade” (VIVEIROS, 1969, p. 549).

No início da década de 1940, pelo Banco de Crédito da Amazônia S.A., Mato Grosso, a região recebeu um novo contingente de seringalistas que adquiriu seringais próprios ou arrendados para explorar a borracha bruta. O Banco de Crédito da Amazônia S.A., anteriormente denominado Banco da Borracha, recebia a produção, pois, além de oferecer financiamento aos produtores, monopolizava a compra, o transporte e a venda. Além de comprar a produção dos seringalistas em Mato Grosso, esse banco, que se responsabilizava pelo transporte da borracha até São Paulo, era proprietário de uma usina de beneficiamento, localizada no município de Várzea Grande, Mato Grosso. Nesse momento, estava proibida a comercialização direta entre seringalistas e a indústria. Os seringalistas se interessavam em conseguir uma cota para transportar a borracha de Cuiabá até São Paulo e, algumas vezes, para Porto Velho, pois na época praticamente não havia produção em Mato Grosso. Os caminhões saíam do Estado carregados de borracha e retornavam com outras mercadorias destinadas ao funcionamento dos seringais.

Grande parte das matas ciliares do território Nambiquara foi definitivamente aberta à extração do látex. Com a Segunda Guerra Mundial, intensificou-se a atividade extrativista na Amazônia, trazendo um expressivo número de trabalhadores, os “soldados da borracha”, vindos de diversas regiões do país, principalmente do Nordeste, instalando-se naquelas matas. Segundo informação de Álvaro Duarte Monteiro, Delegado Regional do Trabalho, no ano de 1944 chegaram ao estado de Mato Grosso “mais de dois milhares de homens” que foram trabalhar na extração da borracha e nem sequer receberam meios necessários ao estabelecimento e sustento nos seringais. Viviam uma situação de miséria, em que a fome e a doença foram responsáveis por muitas mortes. Uma parcela deste contingente de trabalhadores utilizou-se de trechos da Linha Telegráfica, atravessou a Chapada dos Parecis e ocupou as matas dos grupos Nambiquara.

Os seringalistas responsabilizavam-se por trazer a borracha dos barracões a Várzea Grande, Mato Grosso, local da usina de beneficiamento do banco. Transpor esse percurso consistia em uma tarefa difícil, pois as estradas se apresentavam muitas vezes intransitáveis.

Nesse caso, a carga seguia nos lombos de burros ou de cavalos até as margens dos rios, de onde prosseguiam em barcos ou caminhões. Conforme o depoimento de Luiz Nambiquara, do grupo Kithaulhu, que na época era um menino, o transporte da borracha do seringalista Marcos da Luz para Cuiabá era feito por bois e por burros até o rio Mutum, e daí em diante de barco. A produção de borracha do seringalista Antonio Junqueira empregava também burros e bois e, a partir do Juruena, em caminhão. Tanto os índios como os seringalistas e seringueiros entrevistados calcularam que Marcos da Luz chegou às terras Nambiquara no início da década de 1942; Antônio Cezário Miguel Áskar, Antônio Junqueira e Propício Loureiro, em 1944; Sérgio Canongia, em 1950-1951 (COSTA, 2002).

O SPI, na figura do encarregado do Posto Indígena Pirineus de Souza, Afonso Mansur de França, também participou do esforço de guerra para abastecer de látex a indústria norte-americana, ao explorar a mão de obra dos Nambiquara para a sua produção. Price (1972a, p. 10) relatou sobre França e suas expedições, que visavam a captura de índios para o trabalho nos seringais: “não é mais possível comprovar as atrocidades que os índios contam, mas o certo é que Afonso foi obrigado a fazer expedições de vez em quando para capturar mais índios, pois os índios no posto morreram muito mais rapidamente do que nasceram”.

No ano de 1943, a Rubber Development Corporation, através da Inspeção Regional do SPI, em Cuiabá, notificou que a Reserva Pirineus de Souza era um dos postos atingidos com uma cota mensal de produção de borracha nativa. A extração da borracha tornou-se suficientemente lucrativa e várias empresas privadas entraram na região Nambiquara da Serra do Norte e Chapada dos Parecis. Os grupos Nambiquara de Pirineus de Souza foram obrigados a se tornar seringueiros, de uma forma ou de outra. Trabalhavam na extração do látex, na abertura de trilhas e de roças. O contato com os seringueiros causou, principalmente, graves danos à saúde desses índios. Muitos morreram de sarampo e gripe. Nilson da Luz, filho do seringalista Marcos da Luz, contou que morriam muitos índios em decorrência da gripe e não “através da ação direta dos seringueiros”:

O povo falava que seringueiro matava índio. Isso é mentira! A gente passava perto deles, com gripe, com tosse e pegava as doenças de branco e morria tudo. Eles não acreditavam em remédio nisso. Tinha muito seringalista que queria oferecer remédio e eles não aceitavam. Eles morriam de morte morrida. É a malária que dá

frio doído. E gripe, doença do branco. Às vezes, os índios matavam seringueiro, gado, cavalo, burro, tacava fogo no barracão do seringueiro, tudo isso. (*apud* COSTA, 2002, p. 87).

No fim dos anos de 1950, os lucros começaram a diminuir pela concorrência da borracha sintética, mas o fluxo de seringueiros continuou intenso na região dos Nambiquara da Chapada dos Parecis e da Serra do Norte. Os índios trabalhavam principalmente na abertura das estradas e na edificação das benfeitorias. Silas Kithaulhu (Entrevista, aldeia Camararé, 14.06.2000) informou que a remuneração do trabalho não era feita em moeda corrente, mas com mercadorias, principalmente armas de fogo e munição, objetos que mais cobijavam dos seringueiros. Em referência aos grupos indígenas da Serra do Norte, encontravam-se dispersos, fora de suas aldeias, morando em cidades e vilarejos. Os que ainda permaneceram em suas terras tradicionais, sofreram com os desmandos de Afonso Mansur até o final da década de 1960.

Somente em 1942 foi reservada, pelo Serviço de Proteção ao Índio, uma área de terras, Pirineus de Souza, jurisdicionada à 6ª Inspeção Regional, para atender o Mato Grosso e o Território do Guaporé. Localizava-se no então município do Alto Madeira, à margem do ribeirão Espirro, nas cabeceiras do rio Doze de Outubro, território tradicionalmente ocupado pelos índios Nambiquara da Serra do Norte, conforme Price (1972a), formado pelos grupos Lakondê, Sabanê, Tawentê, Txáutesu, Tãwxantesu, Yalakuntê, Yalakaloré e Latundê (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, 1958, p. 54-55).

No período compreendido entre 1943 e 1969, o encarregado do Posto, Afonso Mansur de França, empregou a mão de obra indígena na extração do látex, primeiro pelo convênio firmado entre o SPI e a Rubber Development Corporation e, após o seu término, por iniciativa própria. O relatório antropológico e linguístico de Reesink e Antunes (2010, p. 4-5), apresentado à Fundação Nacional do Índio informa que:

[...] Alguns grupos Sabanê foram atraídos pelo funcionário do Serviço de Proteção aos Índios que se instalou em Mato Grosso na aldeia chamada Espirro, dentro da atual Terra Indígena Pyreneus de Souza. Outros grupos de outros povos tais como os inimigos dos Sabanê, os Manduca e os Mamaindê, e ainda os Tawaindê e outros possíveis pequenos contingentes de outros grupos, também foram atraídos para essa aldeia em função das promessas de

ajuda, presentes e uma vida sem pressões de ataques de índios ou regionais.

França “administrou todos estes índios com mão de ferro: sob o lema de ensiná-los a ‘trabalhar’ impôs uma disciplina férrea que se estendia a punições corporais de chicote, inclusive para mulheres e crianças”. No referido relatório, os autores informam ainda que:

[...] grupos liderados por dois grandes líderes que já moravam no Espirro decidiram fugir e se instalar na aldeia no rio Roosevelt e se juntar aos outros índios. Contrariado, o funcionário montou uma expedição com os seringueiros brancos que trabalhavam para ele, alcançou os fugitivos e matou os dois capitães. Alguns índios chegaram à aldeia, mas aqueles que não conseguiram escapar foram devolvidos ao SPI na pessoa de França e punidos. Quando Afonso França se retirou para um seringal de sua propriedade, conhecido como “seringal do Faustino”, seu genro, ou Cachoeirinha, entre Vilhena e Pimenta Bueno, ele levou consigo uma parte dos índios, principalmente Tawantê, para continuar a trabalhar como trabalhadores braçais para a sua família. (REESINK; ANTUNES, 2010, p. 5)

A ação de França obrigou também a dispersão dos grupos indígenas da Serra do Norte. Aqueles que conseguiram fugir das expedições punitivas, da exploração de mão de obra e dos castigos do funcionário se transferiram para outras partes de Mato Grosso e de Rondônia. Os que permaneceram em suas aldeias sofreram ataques dos índios inimigos e das epidemias, e acabaram se mudando para a Estação Telegráfica de Vilhena e, posteriormente, alguns se mudaram para Marco Rondon e Abunã, em Rondônia.

No início da década de 1940 foram registrados contatos mais frequentes do SPI com o grupo Nambiquara Mamaindê, do Vale do Guaporé, que aprendeu a visitar o Posto Indígena Pirineus de Souza, localizado a Noroeste de seu território. Procuravam agradar os índios com presentes, como ferramentas e outros produtos industrializados.

A ação de França obrigou também a dispersão dos índios Sabanê. Aqueles que conseguiram fugir das expedições punitivas, da exploração de mão de obra e dos castigos do funcionário se transferiram para outras partes de Mato Grosso e de Rondônia. Os que permaneceram em suas aldeias sofreram ataques de índios inimigos e das epidemias e acabaram se mudando para a Estação Telegráfica de Vilhena e posteriormente alguns se mudaram para Marco Rondon e Abunã, em

Rondônia.

No início dos anos de 1940 foram registrados contatos mais frequentes do SPI com o grupo Nambiquara Mamaindê, no Vale do Guaporé, que aprendeu a visitar o Posto Indígena Pirineus de Souza, localizado a Noroeste de seu território. Procuravam os índios presentes como ferramentas e outros produtos industrializados. Por intermédio do Banco de Crédito da Amazônia S.A., na mesma década, a região recebeu um novo contingente de seringalistas que adquiriu seringais próprios ou arrendados para explorar a borracha bruta. O Banco de Crédito da Amazônia S.A., anteriormente denominado Banco da Borracha, recebia a produção, pois, além de oferecer financiamento aos produtores, monopolizava a compra, o transporte e a venda. Além de comprar a produção dos seringalistas em Mato Grosso, o banco era proprietário de uma usina de beneficiamento localizada no município de Várzea Grande, Mato Grosso. Estava proibida a comercialização direta entre seringalistas e a indústria. O banco também se responsabilizava pelo transporte da borracha até São Paulo. Os seringalistas se interessavam em conseguir uma cota para transportar a borracha de Cuiabá até São Paulo e, algumas vezes, de Porto Velho, pois na época praticamente não havia produção em Mato Grosso. Os caminhões saíam do Estado carregados de borracha e retornavam com outras mercadorias destinadas ao funcionamento dos seringais.

No final dos anos de 1960, os grupos Nambiquara da Serra do Norte encontravam-se dispersos em cidades de Rondônia e Acre, quando em resistência aos maus tratos e ao regime violento de trabalho nos seringais, optaram por recomeçar suas vidas fora de seus territórios tradicionais. Como afirmaram recentemente os índios da Terra Indígena Pirineus de Souza, “o que sobrou, coube no Aroeira”. Isso significa que houve uma grande dispersão por parte dos indígenas que moravam na Serra do Norte e o número populacional que permaneceu em suas terras tradicionais, em menor número (minoritário), coube no Posto Indígena Aroeira, no interior da Terra Indígena Pirineus de Souza, de pequenas dimensões.

Os grupos da Serra do Norte, neste caso, os da Terra Indígena Pirineus de Souza, atualmente somam 311 indígenas percententes aos grupos Lakondê, Sabanê, Tawentê, Txáutesu, Tawxantesu, Yalakuntê, Yalakaloré e Latundê, distribuídos nas aldeias Central, a mais numerosa, Cururu, Iquê, Cerradinho, Oncinha, São João e Sarizal (COSTA, 2013). Não aceitam a denominação Nambiquara e fazem questão de serem identificados com suas autodenominações, assim registradas em seus documentos. Padecem com o esgotamento do solo,

diminuição das matas ciliares e dos recursos naturais imprescindíveis à sua sobrevivência.

PARQUE DO ARIPUANÃ: ALDEIA SOWANTE

Em 2002, parte população indígena deixou a Terra Indígena Pirineus de Souza e retornou ao seu antigo território, de ocupação tradicional, localizado ao Sul do Parque do Aripuanã⁶. Esse recente ordenamento territorial e suas consequências aos grupos indígenas Nambiquara da área cultural Serra do Norte – Sabanê, Tawandê, Idamalarê –, ainda é merecedor de pesquisas antropológicas elucidatórias, a fim de se compreender as razões pelas quais conduziram os indígenas a deixar suas aldeias e roças para viver em um território entendido pelos Cinta Larga como de sua propriedade, numa reelaboração cultural mútua, interpretada como:

[...] maneiras de negociar o cotidiano, as espertezas, os subterfúgios, incertezas, as defesas, as necessidades e não somente as estratégias de sucesso encorajadas pelas possibilidades oferecidas por um mundo em movimento, onde os códigos se embaralham, referências e valores se intercomunicam ou desaparecem. (BALANDIER, 1997, p. 191).

Entendem os Sabanê, Tawandê e Idamalarê que a edificação de sua aldeia está protegida pelo Decreto n. 64.860, de 23 de julho de 1969, que criou o então denominado Parque Indígena do Aripuanã, assinado pelo general Arthur da Costa e Silva, à frente da presidência do Brasil. O referido Decreto, no seu Art. 1º, determina que “Fica criado, na região limítrofe do Estado de Mato Grosso com o Território Federal de Rondônia, o Parque Indígena do Aripuanã, com a característica principal de área reservada aos índios ‘Cintas-Largas’ e ‘Nambikuára’, para efeitos do artigo 186 da Constituição”. Esse documento, de acordo com informações dos indigenistas da Funai, foi consubstancial para convencer lideranças Cinta Larga a “permitir” o retorno dos grupos Nambiquara da Serra do Norte às terras localizadas ao sul do Parque do Aripuanã para edificar sua aldeia, um território que, após a saída os índios, passou a ser entendido como exclusivamente dos Cinta Larga.

Em maio de 2002, uma clareira foi aberta nas matas ciliares do rio

6 A Funai não registra em sua página oficial da *Internet* a existência dos grupos Nambiquara da Serra do Norte no interior da Terra Indígena Parque do Aripuanã. Lê-se somente Cinta Larga. Verificar em Fundação Nacional do Índio. Índios no Brasil. Terras Indígenas. Disponível em <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>. Acesso em 22.04.2014.

Roosevelt para a implantação da aldeia Sowaintê. A família de Lino Sabanê, que liderou o processo de retorno ao território tradicional, conduziu inicialmente 40 indígenas. De início, viveram de cestas-básicas adquiridas com recursos provenientes da aposentadoria dos mais velhos, da pesca, da caça, da coleta de insetos, tubérculos e caules de palmeiras (palmito), até que a roça pudesse abastecê-los. Entretanto, mesmo que o documento de comprovação de posse imemorial de uma parcela dos grupos Nambiquara da Serra do Norte tenha sido entregue às lideranças Cinta Larga, a situação de insegurança ainda permeia o imaginário dos indígenas. Esse fato vem impedindo o retorno de outras famílias que moram na Terra Indígena Pirineus de Souza e que têm intenção de se transferirem para a aldeia Sowaintê.

Hoje, a aldeia Sowaintê conta com 58 indivíduos que estão distribuídos em três núcleos populacionais: às margens do rio Roosevelt, acha-se a família de Raimundo e Ivone, onde também se pode encontrar o cemitério; a poucos metros, Arildo e Janaína e Graciele, suas esposas e, mais distante do rio, situa-se a família de Lino e Vanilda. A Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Sowaintê foi criada para atender a comunidade e conta com quatro professoras não índias. Junto às propostas educacionais encontram-se em andamento pesquisas de cunho linguístico, que objetivam a revitalização do falar Sabanê. Na estrutura da Funai, a aldeia é assistida pela Coordenação Técnica Local, situada em Vilhena, Rondônia, a 72 quilômetros de distância. Isso significa que tanto o atendimento da Funai quanto o da Sesai (Secretaria Especial de Saúde Indígena) sofre também pela distância da aldeia até o município, ligado por uma estrada de terra utilizada pelo fluxo das fazendas de criação de gado e plantação de soja, com vários trechos precários, especialmente durante o período das chuvas.

Os Sabanê, Tawandê e Idamalarê, habitantes da aldeia Sowaintê, também têm esperanças de reunir seus parentes que moram em Marco Rondon, Quatro Pontes e Vilhena que se dispersaram em virtude dos ataques dos Cinta Larga, da presença dos agentes do SPI e dos seringueiros que invadiram suas terras. Também aguardam a chegada de seus familiares que moram em aldeias na Terra Indígena Pirineus de Souza. Nas aldeias da Terra Indígena Pirineus de Souza, os índios se queixam que as terras não são mais suficientes para atender suas necessidades, em virtude do aumento populacional, escassez de animais destinados à caça e pela devastação ambiental causada pela ação antrópica no entorno de seu território. Os Sabanê e demais grupos habitantes da Terra Indígena Pirineus de Souza procuram caminhos alternativos para dirimir as dificuldades relativas ao uso e

ocupação da terra. A exemplo, um grupo Tawandê e Idalamarê, da aldeia Sarizal, liderado por Leonel Tawandê, edificou uma aldeia na área denominada Patuazal, considerada de uso tradicional, localizada nas margens do rio Doze de Outubro, no extremo Oeste da Terra Indígena Enawenê-Nawê.

A dinâmica social e política dos grupos Nambiquara da Serra do Norte encontra-se constantemente em processo de reelaboração cultural. Precisam criar

[...] maneiras de negociar o cotidiano, as espertezas, os subterfúgios, incertezas, as defesas, as necessidades e não somente as estratégias de sucesso encorajadas pelas possibilidades oferecidas por um mundo em movimento, onde os códigos se embaralham, referências e valores se intercomunicam ou desaparecem. (BALANDIER, 1997, p. 191).

Essas “maneiras de negociar o cotidiano” delineiam-se na trajetória histórica de contato dos índios Nambiquara com a população não indígena. Entre os eventos de grande impacto acha-se a demarcação das Terras Indígenas pelo SPI e Funai. Tal fato rompeu o caráter ininterrupto de seu território tradicionalmente ocupado, transformando-o em ilhas entremeadas por fazendas agropastoris, vilarejos e cidades, cortadas por estradas. A partir dessa ação, os Nambiquara passaram a ter a obrigação de viver numa territorialidade definida por critérios alheios ao seu universo referencial. Completamente apartados desse processo, permaneceram por algum tempo em aldeias localizadas além das linhas limítrofes estabelecidas pelos órgãos governamentais, até que fossem notificados do que havia ocorrido, em completo desconhecimento da nova cartografia a eles concedida.

Entendem os Nambiquara que a edificação de suas aldeias é constituída por uma parcela dos grupos da Serra do Norte está protegida pelo Decreto n. 64.860, de 23 de julho de 1969, que criou o Parque do Aripuanã, assinado pelo general Arthur da Costa e Silva, à frente da presidência do Brasil. O referido Decreto, no Art. 1º, determina que “Fica criado, na região limítrofe do estado de Mato Grosso com o Território Federal de Rondônia, o Parque do Aripuanã, com a característica principal de área reservada aos índios ‘Cintas-Largas’ e ‘Nambikuára’, para efeitos do artigo 186 da Constituição”. Este documento, de acordo com informações dos indigenistas da Funai, foi consubstancial para convencer lideranças Cinta Larga a “permitir” o retorno dos grupos Nambiquara da Serra do Norte às terras localizadas ao sul do Parque do Aripuanã, para edificar suas aldeias,

território que, após a saída os índios, passou a ser entendido como exclusivamente dos Cinta Larga. Índios Sabanê, Tawandê e Idamalarê Tawentê, Txãutesu, Tawxantesu, Yalakuntê, Yalakalorê e Latundê da Serra do Norte que solicitaram o documento de criação do Parque do Aripuanã (à época PQARI – Parque Indígena do Aripuanã), Decreto n. 64.860 que, para eles, torna-se suficiente para comprovar aos Cinta Larga da veracidade da ocupação tradicional Nambiquara de terras incrustadas ao sul do referido Parque.

O nome Sowaintê foi escolhido por Ivone Sabanê, mãe de Lino Sabanê. Significa “sangue escorrendo pela folha seca”, em referência às mortes dos índios Sabanê, ocasionadas pelos ataques Cinta Larga. Em outubro de 2012, um Sabanê informou que, por três vezes, um grupo de homens Cinta Larga visitou a aldeia Sowaintê com o propósito de impedir a permanência das famílias em “suas terras”. Mas, as tentativas têm sido infrutíferas, pois os indígenas apresentam justificativas, dentre elas, a que estariam impedindo a entrada ilegal de não indígenas na região e, assim, protegeriam aquela parte do parque, nunca utilizada por eles, já que sempre pertenceu aos Nambiquara. Este fato foi anteriormente alertado por Junqueira (1981, p. 58), ao indicar que o “ponto particularmente vulnerável é o sul do parque, perto da rodovia AR-1 [Juina-Aripuanã]. Não há recursos disponíveis para monitorar as incursões dos estranhos em terras indígenas”.

Da área de 25.000 hectares destinadas aos grupos da etnia Nambiquara, em 1918, próxima às estações telegráficas Nhambiquaras, Vilhena e José Bonifácio, para a então denominada Reserva Nambikwara, em 1942. A atuação do SPI se fez presente entre os anos de 1943 e 1969, na pessoa de Afonso Mansur de França. O encarregado do Posto passou a empregar a mão de obra indígena na extração do látex, inicialmente pelo convênio firmado entre o SPI e a Rubber Development Corporation e, após o seu término, por iniciativa própria.

Os índios, durante a constituição histórica desse período, foram condicionados à qualidade de adscritícios à servidão não remunerada, explicado pelo modelo da colonialidade que desencadeou práticas de supressão cultural dos indígenas. Sob formas de dominação e de exploração do trabalho, estiveram os índios inseridos nas relações estabelecidas pelo mercado mundial, a fim de alimentar sua produção, apropriação e distribuição de produtos que, conseqüentemente, conduziu seus saberes a uma condição de subalteridade. O relatório antropológico e linguístico de Reesink e Antunes (2010, p. 4-5) apresentado à Fundação Nacional do Índio informa que:

[...] alguns grupos Sabanê foram atraídos pelo funcionário do Serviço de Proteção aos Índios que se instalou em Mato Grosso na aldeia chamada Espirro, dentro da atual Terra Indígena Pirineus de Souza. Outros grupos de outros povos tais como os inimigos dos Sabanê, os Manduca e os Mamaindê, e ainda os Tawaindê e outros possíveis pequenos contingentes de outros grupos, também foram atraídos para essa aldeia em função das promessas de ajuda, presentes e uma vida sem pressões de ataques de índios ou regionais.

França, conforme Reesink e Antunes (2010, p. 5), “administrou todos estes índios com mão de ferro: sob o lema de ensiná-los a ‘trabalhar’ impôs uma disciplina férrea que se estendia a punições corporais de chicote, inclusive para mulheres e crianças”. No referido relatório, os autores informam ainda que:

[...] grupos liderados por dois grandes líderes que já moravam no Espirro decidiram fugir e se instalar na aldeia no rio Roosevelt e se juntar aos outros índios. Contrariado, o funcionário montou uma expedição com os seringueiros brancos que trabalhavam para ele, alcançou os fugitivos e matou os dois capitães. Alguns índios chegaram à aldeia, mas aqueles que não conseguiram escapar foram devolvidos ao SPI na pessoa de França e punidos. Quando Afonso França se retirou para um seringal de sua propriedade, conhecido como “seringal do Faustino”, seu genro, ou Cachoeirinha, entre Vilhena e Pimenta Bueno, ele levou consigo uma parte dos índios, principalmente Tawantê, para continuar a trabalhar como trabalhadores braçais para a sua família. (REESINK; ANTUNES, 2010, p. 5)

O SPI, representado pelo encarregado do Posto Indígena Pirineus de Souza, Afonso Mansur de França, também participou do esforço de guerra para abastecer de látex a indústria norte-americana, ao explorar a mão de obra dos Nambiquara para a sua produção. Paul David Price (1972a, p. 10) relatou sobre França e suas expedições, que visavam a captura de índios para o trabalho nos seringais: “não é mais possível comprovar as atrocidades que os índios contam, mas o certo é que Afonso foi obrigado a fazer expedições de vez em quando para capturar mais índios, pois os índios no posto morreram muito mais rapidamente do que nasceram”. O tratamento violento adotado pelo funcionário do SPI para manter os índios sob suas ordens ainda se encontra bastante presente nas narrativas dos indígenas quando o

assunto trata da participação dos Sabanê e demais grupos na produção de borracha:

Os indígenas da A.I. Pirineus de Souza tem um longo e trágico histórico de contato contínuo. Em 1943, o S.P.I. fundava o local chamado Espirro um posto que existiu até 1968 sob a chefia de um mesmo funcionário – Afonso França. Durante este período foi enorme a depopulação dos vários sub-grupos Nambiquara ali reunidos causada por epidemias, maus tratos. Para este posto foram transferidos os Sabanê, cujo dialeto é o que mais se diferencia dos outros dialetos Nambiquara. (TORRES, 1986, p. 3).

No ano de 1943, a Rubber Development Corporation, pela Inspetoria Regional do SPI, em Cuiabá, notificava que a então denominada Reserva Pirineus de Souza era um dos postos atingidos com uma cota mensal de produção de borracha nativa. A extração da borracha tornou-se suficientemente lucrativa e várias empresas privadas entraram na região Nambiquara da Serra do Norte e Chapada dos Parecis. Os homens dos grupos Nambiquara em Pirineus de Souza foram obrigados a se tornar seringueiros, de uma forma ou de outra. Trabalhavam na extração do látex, na abertura de trilhas e nas roças. O contato com os seringueiros causou principalmente graves danos à saúde desses índios. Muitos morreram de sarampo e gripe (COSTA, 2002).

A década de 1960 foi o momento de preparação para a chegada, em massa, de homens e investimentos em virtude da intensificação do tráfego da BR 029, hoje denominada BR 364. Em 1966 a rodovia atraiu um fluxo migratório fora do comum, diante da facilidade dos incentivos fiscais da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), dentre outros.

A presença de diversos agentes no período do SPI e que, ao fazerem uso das picadas abertas para a instauração das Linhas Telegráficas, se apoderaram de forma violenta de partes significativas do território Nambiquara, especialmente dos grupos do Cerrado e da Serra do Norte. Neste sentido, indubitavelmente, ao ser examinada a influência da gestão levada a cabo pelo SPI, percebe-se a desastrosa atuação do órgão indigenista junto às terras dos índios Nambiquara:

Analisa-se, portanto, a atuação do SPI entre os Nambiquara como inexpressiva e com esparsas ações que basicamente se resumiram na criação de alguns postos, com um contingente humano completamente despreparado para a missão. Em Rondônia, onde

se acham os grupos da Serra do Norte, o SPI, representado por Afonso Mansur de França, utilizou intensamente a mão de obra dos índios para a extração do látex, quando empregou um forte esquema de dominação que incluía, até mesmo, maus tratos, violências e expedições punitivas. (COSTA, 2011, p. 380-381).

O SPI, com um histórico decrescente de orçamento e de perda de sustentação política, em especial, a partir do Estado Novo, viu-se afundar em denúncias de corrupção e maus tratos aos índios. A missão civilizatória e de integração de um Estado Nacional chegou ao fim, desvinculada das diretrizes iniciadas por Rondon. Não sem antes, em seus estertores, contribuir para mudar o paradigma fundiário para os territórios indígenas, de pequenas porções de subsistências, para áreas imprescindíveis à sua reprodução física e cultural.

Conhecer a trajetória histórica dos grupos Nambiquara da Serra do Norte é primordial para entender a dispersão dos indígenas em virtude da multiplicidade de acontecimentos que interferiram em seus modos de viver, em consequência dos deslocamentos e das pressões exercidas por não indígenas oriundos de diversas partes do Brasil. Pode-se afirmar que ainda é considerada modesta a produção de estudos em diversos campos do conhecimento que se dedicam à análise da ocupação do território imemorial Nambiquara. No caso de Mato Grosso, estudos dessa natureza são oportunos, uma vez que a região ocupada por múltiplas etnias e diferentes culturas enfrenta uma migração desenfreada e que não levam em consideração as formas distintas de ocupação do espaço.

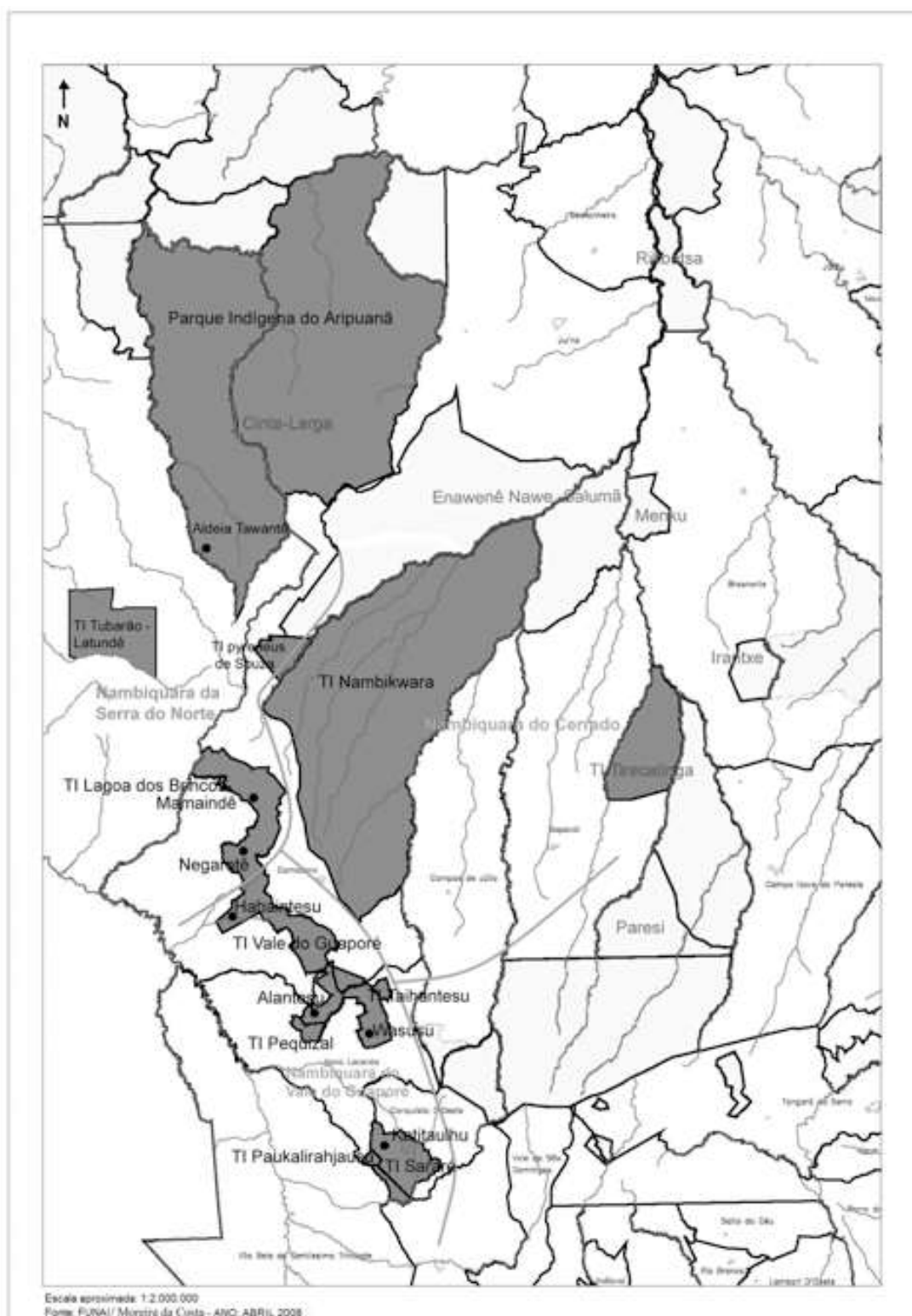
Somente no início do século XX é que começaram a circular as primeiras notícias trazidas pelos integrantes da “Comissão Rondon”, como passou a ser denominada a Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. No Palácio Monröe, no Rio de Janeiro, em 1910, e em São Paulo, no mesmo ano, foram proferidas por Cândido Mariano da Silva Rondon três conferências e, mais tarde, em 1919, em Mato Grosso (RONDON, 1922).

No que diz respeito aos indígenas habitantes da área cultural Serra do Norte, são considerados ainda raros os estudos que versam sobre os grupos que compõem a etnia Nambiquara. Essa situação se torna mais difícil quando se trata dos grupos da área cultural Serra do Norte, designados por Roquette-Pinto de “grupo Nordeste” e “grupo Setentrional”:

O grande grupo Nordeste mora já na vizinhança das águas do Madeira, nas margens de tributários do Gi-Paraná. Parece-me formado por diferentes núcleos secundários, cujas relações ainda não foram bem caracterizadas; pertencem-lhe os índios que encontrei na internada de Três Buritis, nos Campos 14 de Abril, em José Bonifácio, Campos de Maria de Molina. Seu núcleo principal habita entre os rios 12 de Outubro e Roosevelt (rio da Dúvida). Do grupo septentrional só encontrei os Tagnanis, Tautitês, Salumãs, Tarutês, Taschuitês; mesmo assim, apenas sobre Tagnanis e Tautitês consegui diversas notas. (ROQUETTE-PINTO, 1938, p. 216).

Nota-se a diversidade de grupos Nambiquara, designados pelo etnógrafo de “núcleos secundários”, alguns encontrados nas nomeações atuais da população da Terra Indígena Pirineus de Souza e Parque do Aripuanã. Posteriormente aos estudos de Roquette-Pinto, o antropólogo David Price (1972b) apresentou uma cartografia que localizou um número expressivo de grupos Nambiquara, das três áreas culturais: Vale do Guaporé, Chapada dos Parecis e Serra do Norte. Na espacialidade de interesse deste estudo, identificou, em um de seus estudos, os grupos Nambiquara Txáwanté, Txáwenté, Yalunté, Tayaté, Alapmunte, Yalakaloré e Sabanê.

Mesmo que existam importantes estudos abordados especialmente pela antropologia e história, percebe-se ainda uma carência quanto àqueles direcionados à etnografia dos diversos grupos Nambiquara, o que dificulta uma apreensão mais apurada sobre a sua organização social. Dessa forma, pretende-se com este estudo, apresentar a composição dos grupos Nambiquara da Serra do Norte para, então, entender os motivos que levaram uma parcela dos grupos da Terra Indígena Pirineus de Souza, área cultural Serra do Norte, a efetuar o retorno para terras de ocupação tradicional, localizadas ao Sul da Terra Indígena Parque do Aripuanã, já que há indícios de que ainda temem ataques dos Cinta Larga, de conformidade com algumas narrativas coletadas durante os trabalhos de campo.



A preocupação da Funai em reconhecer um território a ser destinado aos Nambiquara e instaurar os procedimentos demarcatórios necessários deu-se na segunda metade do século XX, em consequência da instalação das empresas agropecuárias no Vale do Guaporé, terras de ocupação indígena e, conseqüentemente, do contato dos índios

com os trabalhadores que chegavam ao estado de Mato Grosso. O procedimento de homologação da então denominada Área Indígena Pirineus de Souza, com uma área de 28.212 hectares, Mato Grosso, ocorreu no ano de 1984.

A presença maciça desse contingente teve como resultado a diminuição das terras ancestrais dos índios e acelerou uma desarticulação profunda nessa sociedade que provocou uma depopulação paulatina, causada, principalmente, pela devastação ambiental, doenças infecto-contagiosas, emprego de desfolhantes químicos aspergidos de avião e uso abusivo de fogo. Levar em consideração o espaço de ocupação imemorial Nambiquara é, portanto, entender como a história ordena-se culturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a problemática de pesquisa eleita neste estudo, conhecer fragmentos da trajetória histórica dos grupos Nambiquara da Serra do Norte torna-se primordial. Isso porque historicamente os Nambiquara da Chapada dos Parecis, Vale do Guaporé e Serra do Norte vêm passando por uma intensa dinâmica social ocasionada por uma dispersão dos indígenas em virtude dos acontecimentos que interferiram em seus modos de viver, em consequência dos deslocamentos e das pressões exercidas por não indígenas oriundos de diversas partes do Brasil.

As fontes orais são caracterizadas nesta abordagem como de relevância para identificar quais os grupos que atualmente ocupam as Terras Indígenas Pirineus de Souza e Parque do Aripuanã. Até a presente data, as últimas informações indicam a presença de três grupos Nambiquara ocupando a Terra Indígena Pirineus de Souza, a saber: Sabanê, Tawandê e Idalamarê. Os demais grupos existentes neste território são oriundos de outras áreas culturais Nambiquara. É importante ressaltar que pesquisas bibliográficas e cartográficas, especialmente àquelas de autoria de Roquette-Pinto (1938), Rondon (1922, 1947), Price (1972a, 1972b) e mais recentemente de Reesink e Antunes (2010), apresentam de forma bastante diferenciada a composição dos grupos Nambiquara da Serra do Norte. No caso de Price, por exemplo, a composição dos grupos não se apresenta de forma uniforme. Diante às circunstâncias, pretende-se elaborar um levantamento das fontes bibliográficas e cartográficas, de diferentes autores, que indiquem os grupos da Serra do Norte para, então, comparar com os dados colhidos em campo.

Com idêntica relevância, as fontes orais também são fundamentais para o entendimento da atual reconfiguração territorial de uma parte da população indígena da Serra do Norte, pois ainda é considerada modesta a produção de estudos em diversos campos do conhecimento que se dedicam à análise da ocupação do território tradicionalmente ocupado pelos Nambiquara. No caso de Mato Grosso, estudos dessa natureza são oportunos, uma vez que a região habitada por múltiplas etnias com diferentes culturas enfrenta uma migração desenfreada e que não leva em consideração as formas distintas de ocupação indígena.

Somente no início do século XX é que começaram a circular as primeiras notícias sobre os os grupos Nambiquara, trazidas pelos integrantes da “Comissão Rondon”, como passou a ser denominada a Comissão de Linhas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas. No Palácio Monröe, no Rio de Janeiro, em 1910, e em São Paulo, no mesmo ano, foram proferidas por Cândido Mariano da Silva Rondon três conferências e, mais tarde, em 1919, em Mato Grosso (RONDON, 1922).

A problemática da pesquisa arrolou alguns dados pertinentes à etno-história dos grupos que atualmente vivem na Terra Indígena Pirineus de Souza e Parque do Aripuanã. Principalmente em face ao redimensionamento das políticas econômicas após 1964, o território dos índios Nambiquara passou a ser de interesse das ações estatais e particulares, em especial, as terras férteis ocupadas pelos grupos Nambiquara da área cultural Vale do Guaporé e da exploração do látex por representantes do Serviço de Proteção aos Índios junto aos grupos da Serra do Norte.

O discurso oficial, em seus aspectos linguísticos e doutrinários, criou uma desigualdade proveniente do colonialismo europeu vigente desde o século XVI. A exterioridade dessa representação rege-se pelo truísmo, como se essa entidade geográfica possa descrever a si mesma, como imagens refletidas no jogo de espelhos, a induzir um complexo aparato de reproduções mentais daquilo que se pensava, numa relação contínua de poder, de dominação, de variação hegemônica das ideias. Esta hegemonia reiterou o sentido etnocêntrico da superioridade do homem “civilizado” sobre o “atraso” dos povos indígenas, assim como a obrigatoriedade da sociedade ocidental levar-lhes o “desenvolvimento”, seja material ou espiritual. Esses discursos estão materializados em ações que consignaram um intercâmbio desigual, com variada tipologia de poder e como um fato sociocultural.

A preocupação da Fundação Nacional do Índio em reconhecer um território a ser destinado aos Nambiquara e instaurar os procedimentos

demarcatórios necessários deu-se na segunda metade do século XX, em consequência da instalação das empresas agropecuárias no Vale do Guaporé, terras de ocupação indígena e, conseqüentemente, do contato dos índios com os trabalhadores que chegavam ao estado de Mato Grosso. O procedimento de homologação da então denominada Área Indígena Pirineus de Souza, com uma superfície de 28.212 hectares, Mato Grosso, ocorreu no ano de 1984.

No contexto de exploração do trabalho indígena pelos agentes do Serviço de Proteção aos Índios e da desapropriação de seus territórios de ocupação tradicional, tanto pelos Cinta Larga como pelos não índios, grande parte dos membros dos grupos da Serra do Norte deixaram suas aldeias e, num movimento de dispersão, procuraram formas alternativas de sobrevivência. Uns seguiram para o Acre; outros procuraram trabalho em seringais próximos a Vilhena e outras localidades em Rondônia; outros permaneceram na Terra Indígena Pirineus de Souza.

Somente no ano de 2002, um pequeno grupo da Terra Indígena Pirineus de Souza, por conta própria, decidiu retornar ao antigo território: Terra Indígena Parque do Aripuanã. A cartografia, especialmente em seus aspectos culturais, adquire outra forma a partir do momento em que deixa de apresentar uma ocupação exclusivamente dos índios Cinta Larga, como entendem os Tupi Monde, autodenominados *Matetamãe*.

Até a presente data, as pesquisas de campo realizadas junto aos grupos Sabanê, Tawandê, e Idamalarê indicam que os motivos que os levaram de volta às terras localizadas ao Sul do Parque do Aripuanã deu-se pela maior disponibilidade de alimentos. Portanto, ainda que os Cinta Larga rondem suas aldeias e os pressionem a deixar suas casas edificadas em uma clareira aberta na mata ciliar do rio Roosevelt, decidiram permanecer na aldeia Sawantê, onde há maior incidência de terras férteis necessárias ao plantio de tubérculos, de animais e de peixes destinados à caça e à pesca, respectivamente, e, ainda, de coleta de uma diversidade de frutos e insetos bastante presentes em sua dieta alimentar. Contudo, as pesquisas de campo trilham também pelo caminho esboçado pelas narrativas orais, ainda que fundamentadas em hipótese, de que o posicionamento das mulheres no cotidiano aldeão foi de grande importância na decisão de retornar aos locais das antigas aldeias ao Sul do Parque do Aripuanã.

O avanço da civilização Ocidental conduz as sociedades indígenas, em proporções violentas, a uma ressignificação imbuída de uma leitura simbólico-cultural e que, conseqüentemente, é internalizada

aos novos padrões de relacionamento que os levam à manutenção de uma determinada unidade social, compatível às suas necessidades. Em referência aos Nambiquara, as transformações impingidas às suas terras e aos seus limítrofes são analisadas como elementos de violência à vida indígena, como fatores que tomam parte de encontros e desencontros nas teias das relações de dominação. Portanto, o que se estabelece durante o contato é entendido neste estudo como fator desintegrador de elementos sociais, políticos e culturais da sociedade Nambiquara. Índios e não indígenas são conduzidos ao confronto, a constantes desajustamentos que levam os primeiros a uma condição de subordinação.

A cartografia Nambiquara ganha outro traçado em consequência do retorno dos Lakondê, Sabanê, Tawentê, Txáutesu, Tawxantesu, Yalakuntê, Yalakaloré e Latundê às margens do legendário rio Roosevelt, outrora denominado rio da Dúvida, até os resultados da expedição de Rondon, na companhia do ex-presidente Theodor Roosevelt, em busca de suas cabeceiras. Se Jeremy Black (2005) afirma que a linha da história vem demonstrando que incontáveis documentos cartográficos são contrários à realidade com fins de assegurar supremacias geopolíticas, os grupos Nambiquara da Serra do Norte, à sua maneira, se reorganizam dentro de uma dinâmica social e, na condição de protagonistas de suas próprias histórias, redesenham uma nova cartografia de ocupação territorial, em oposição à oficial.

REFERÊNCIAS

BALANDIER, Georges. **A desordem**: elogio do movimento. Tradução de Suzana Martins. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BRASIL. **Atlas histórico escolar**. 7ª ed. rev. e atual. Ministério da Educação e Cultural. Fundação Nacional de Material Escolar. Rio de Janeiro: FENAME, 1980.

BRASIL. **Fundação Nacional do Índio**. Disponível em <http://www.funai.gov.br>. Acesso em 22.04.2014.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. **Senhores da memória**: uma história do Nambiquara do cerrado. Cuiabá: UNICEN Publicações, 2002 (Coleção Tibanaré, v. 3).

_____. “Como formigas”: os Nambiquara na gestão do Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI**: textos imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967). Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011, p. 373-381.

- _____. Os grupos Nambiquara da Terra Indígena Pirineus de Souza. In: **Plano de gestão Terra Indígena Pirineus de Souza**. Cuiabá: OPAN, 2013.
- DELEUZE, Gilles. **Rachar as coisas, rachar as palavras**. Conversações 1972-1990. Tradução Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992 (Coleção Trans).
- GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. Memória, relatos e práticas de espaço: cidades em áreas de ocupação recente na Amazônia (Mato Grosso, 1970-2000). In: **História Oral**. Revista da Associação Brasileira de História Oral, v. 9, n. 1, jan.-jun. de 2006.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e fronteiras**. 2. ed. Departamento de Cultura. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- JUNQUEIRA, Carmen. Cinta Larga. **Cultural Survival**. In the path of Polonoeste: endangered peoples of western Brazil. Occasional Paper 6, october 1981, p. 55-58.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes trópicos**. Lisboa: Edições 70, 1979 (Perspectivas do Homem).
- MARTINELLI, Marcello. **Mapas da geografia e cartografia temática**. São Paulo: Contexto, 2003.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. **Serviço de Proteção aos Índios**, 1958.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria Ltda., 1999 (Territórios Sociais, 2).
- PRICE, Paul David. **Nambiquara society**. Thesis (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago, Illinois, 1972a.
- _____. **Região Nambiquara**. Baseado nos foto-índices do Brazil Project. AF-63-32A, Flown by Aerospace Cartographic and Geodetic Service (1966-1969), 1972b.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130.
- _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Clacso, set. 2005, p. 227-278 (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>
- REESINK, Edwin; ANTUNES, Gabriel. **A ocupação dos Sabanê na área**

dos rios Roosevelt e Tenente Marques. Parecer antropológico e linguístico. Fundação Nacional do Índio, 2010, 8 p.

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **Conferências realizadas em 1910 no Rio de Janeiro e em São Paulo.** Comissão de Linhas Telegraphicas Estratégicas de Matto Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro, Typographia Leuzinger, 1922 (Publicação n. 68).

RONDON, Cândido Mariano da Silva. **História Natural. Etnografia.** 2. ed. Ministério da Agricultura. Conselho Nacional de Proteção aos Índios. Comissão de Linhas Estratégicas de Mato-Grosso ao Amazonas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947 (Publicação n. 2, anexo n. 5).

ROQUETTE-PINTO, Edgard. **Rondônia.** 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938 (Brasiliense, Série 5, v. 39, Biblioteca Pedagógica Brasileira).

TORRES, Maria Cristina N. **Avaliação Antropológica do grupo Nambikwara.** São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

VIVEIROS, Ester de. **Rondon conta a sua vida.** Rio de Janeiro: Livraria São José, 1969.

